

The background of the cover is a painting. The top half is a deep blue sky with a bright yellow sun in the upper right corner, radiating light. Below the sky is a white building with a yellow roof. The building has several windows and a door. The painting style is somewhat abstract and expressive, with visible brushstrokes.

BOLETIM  
DO  
ARQUIVO  
HISTÓRICO DE  
JOINVILLE

Vol. XVII, n. 25,  
julho, agosto, setembro,  
2023.

ISSN 14133434



## Sumário

---

Editorial: Um arquivo para chamar de seu - por Giane Maria de Souza	3
Arquivo Histórico – Algumas Histórias: Memórias de uma carioca mergulhada no acervo do Arquivo Histórico de Joinville (1995-2023) - por Sandra Godinho Maggessi Pereira	5
Pesquisadores e o AHJ: Nos tempos do imperador: como eram definidos os presidentes das câmaras municipais - por Patrik Roger Pinheiro	14
O AHJ e a Cidade: Os estudantes e a história de Joinville - por Giane Maria de Souza	20
Educação Patrimonial: Atendimentos educativos	23
Difusão Cultural: Formação continuada dos professores da Secretaria de Educação do Município de Joinville	30
Teses e Dissertações de Pesquisadores do AHJ	32
Visitas à exposição, escolares e guiadas	32
Memória do Boletim: Empossado o grupo técnico-científico do Arquivo Histórico de Joinville	36
Por dentro do acervo	37
Aconteceu em Joinville	38
Expediente	39

# Editorial

## Um arquivo para chamar seu

Giane Maria de Souza [1]

Apresenta-se a edição de número 25 do Boletim do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), que corresponde aos meses de julho, agosto e setembro de 2023. Neste ano, o AHJ completou 51 anos e seguimos tentando afirmar as nossas prerrogativas enquanto um arquivo público, sobretudo no que se refere ao acesso à informação, promoção da cidadania e no desenvolvimento da gestão documental do município de Joinville. De acordo com a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, no seu primeiro artigo, determina: “É dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.” No primeiro e segundo semestres de 2023, foram registradas numerosas atividades de educação patrimonial e de difusão cultural no AHJ, a exemplo dos atendimentos e das visitas educativas, técnicas e guiadas, além dos registros da formação dos professores da rede municipal de ensino. Os professores e os pesquisadores reconhecem o AHJ enquanto um importante lugar de memória da cidade de Joinville. O acervo do AHJ auxilia a construção de pesquisas acadêmicas e profissionais, e a hemeroteca ainda é uma das mais acessada. Os professores do ensino superior, médio e fundamental procuram o AHJ com maior frequência para alicerçar suas atividades pedagógicas. Prova desta constatação são as estatísticas de atendimentos que foram apresentadas no Boletim do AHJ, em todos os números do periódico cultural. Nesta edição, apresentamos a seção **Arquivo Histórico - Algumas Histórias**, um texto da pesquisadora carioca Sandra Godinho Maggessi Pereira, no qual retoma seus percursos e memórias das suas pesquisas no AHJ.

Na seção **Os pesquisadores e o Arquivo** temos um instigante artigo de Patrik Roger Pinheiro, intitulado *Os tempos do imperador - como eram definidos os presidentes das câmaras municipais*. Na seção **O AHJ e a Cidade**, um artigo da educadora Giane Maria de Souza apresenta uma reflexão sobre como construímos a pesquisa e o registro da história de Joinville, a partir das visitas educativas, em especial, com o acervo da hemeroteca. Nas seções **Educação Patrimonial** e **Difusão Cultural** demonstramos que o número de atendimentos educativos e formativos, com destaque para a formação continuada dos professores da Secretaria de Educação do Município de Joinville, foi emblemático para o AHJ. Na seção **Teses e Dissertações dos pesquisadores do AHJ** apresentamos o resumo do trabalho do professor Bruno da Silva, intitulado *A construção do campo do patrimônio cultural: políticas de preservação, instâncias, mecanismos e agentes culturais em Joinville, SC (1951-1984)*. Na seção **Memória do Boletim**, apresentamos as escolas que visitaram o AHJ em 1995, demonstrando que o nosso arquivo é um lugar conhecido e reconhecido pelos professores. Em **Por dentro do Arquivo**, destaca-se uma fotografia do time Vampiro Futebol Clube, de Joinville, em 1917. Por fim, **Aconteceu na Cidade**, observa-se uma prova de datilografia da Escola Prática de Comércio de Joinville. O diálogo entre o AHJ e as múltiplas comunidades da cidade é fundamental para a existência e o sentido de pertencimento do AHJ com a cidade. O AHJ é da comunidade, aproprie-se desse espaço e nos envie sugestões de matérias ou de acervos que tenham interesse em conhecer.

[1] Doutora em História pela UFSC, especialista cultural e educadora no AHJ

# AHJ: Algumas histórias



# AHJ: Algumas histórias

## Memórias de uma carioca mergulhada no acervo do Arquivo Histórico de Joinville (1995-2023)

Figura 1 - Retrato de Sandra Godinho Maggessi Pereira



Fonte: Acervo da autora.

Sandra Godinho Maggessi Pereira [1]

Era uma tarde nublada, se a memória não me trai. Nas andanças para conhecer e descobrir a cidade de Joinville, um novo mundo, uma coisa se destaca e incomoda/afeta o olhar ambiental. Há um hiato que se construiu entre a presença inequívoca de homens e mulheres nos sambaquis e a implementação da colonização de caráter particular, um diálogo entre passado e presente na atual cidade de Joinville, a presença das populações indígenas.

[1] Universidade de Vassouras Campus Maricá e Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. E-mail: sandristoria@gmail.com

Esse contexto causa um estranhamento e impulsiona estudos que pretendem de alguma maneira desenhar e desvendar esse hiato. O hiato que se pretende preencher trata dos outrora territórios das comunidades tribais originárias, territórios indígenas, que se concentravam e se bifurcavam para fronteiras desconhecidas e não determinadas pela lógica das frentes de colonização. Territórios e fronteiras étnicas construídas e reconstruídas pelos povos indígenas, sobretudo no avanço dos contatos interétnicos, nesse caso, refere-se às diferentes etnias indígenas e às etnias europeias imigrantes. Isso nos remete ao processo de formação da colonização de regiões do Brasil Meridional, norte de Santa Catarina a partir da segunda metade do século XIX (1851) denominadas domínio Dona Francisca e num recorte espacial no perímetro, a colônia Dona Francisca.

É nesse amplo território que viviam as comunidades tribais originárias, que formavam grupos esparsos, autorreconhecidos e de certa maneira reconhecidos mais tarde pela “sociedade envolvente” como povos Xoklengs. Ao menos era o que propunha o início do trabalho de pesquisa: pensar a absoluta invisibilidade dessas populações e os seus contatos conflituosos com as comunidades colonizadoras.

## **O trabalho de pesquisa no Arquivo Histórico de Joinville: graduação no curso de História (1994-1998)**

Ao ingressar na graduação do curso de História da Universidade da Região de Joinville – Univille, em 1994, me inscrevi no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica–PIBIC em 1995 e em 1996 iniciei o trabalho de pesquisa para o projeto de pesquisa desenvolvido na graduação com o tema “O confronto entre índios e colonos na Dona Francisca (1851-1900)”, sob a orientação da professora doutora Sandra Paschoal de Camargo Leite Guedes. Essa experiência possibilitou a entrada no mundo encantador da pesquisa. O contato com o acervo, a partir dos instrumentos de recuperação de informações: catálogos, listagens, publicações e, principalmente, o atendimento/acolhimento prestado pelas(os) funcionárias(os), pesquisadoras(es), historiadoras(es) foi essencial para que a pesquisa tivesse início.

Assim, diante de tamanho acervo que vinha se construindo, fui apresentada à coleção Carlos Ficker, aos principais periódicos que circulavam, jornais produzidos no tempo da Colônia Dona Francisca, alguns escritos em português e um em alemão. Tratava-se do *Kolonie Zeitung*, o principal jornal da Dona Francisca.

No acervo do Arquivo Histórico, tive acesso também aos livros de Atas da Câmara Municipal de Joinville, nos relatórios dos presidentes da Dona Francisca, nos relatórios dos presidentes da Companhia Colonizadora Hanseática, nas correspondências, sejam elas cartas, telegramas que foram trocados entre os diretores da Colônia Dona Francisca e os presidentes da Província de Santa Catarina e entre as demais autoridades governamentais.

O objetivo dessa imersão era o de levantar a presença das comunidades indígenas, seus espaços de vivências no interior do território da Dona Francisca. Esse objetivo se tornou um verdadeiro desafio, uma vez que a presença e a passagem cotidiana de povos indígenas originários da região que se tornou território da Colônia Francisca em 1851 estava invisibilizada.

Os registros encontrados eram resgatados nas narrativas dos colonizadores e das autoridades locais. Ao longo do processo de colonização, foram sendo construídos discursos que apresentavam a presença pontual e excepcional de grupos esparsos dos povos indígenas no ambiente da Colônia e em suas cercanias, caracterizando-os em geral como de ferocidade e selvageria. O encontro entre os agentes de colonização, membros de famílias de colonos e autoridades governamentais com os membros de comunidades tribais era em geral marcado pelo confronto, sem que houvesse a possibilidade de qualquer negociação entre as partes envolvidas. Nesse sentido, o trabalho de pesquisa se voltou para encontrar registros dos encontros conflituosos entre membros das comunidades tribais e todos aqueles envolvidos, direta ou indiretamente, no movimento da frente de colonização.

Logo percebi que se tratava de uma tarefa árdua e árida. O arcabouço potencial que guardava o acervo e suas fontes demandava um investimento no trabalho de garimpar em meio ao cotidiano da administração da Colônia e junto ao cotidiano das famílias recém-chegadas e as já ali localizadas para participar da construção da Dona Francisca – quando, onde, quem e como se viu envolvido de alguma maneira no contato com os povos originários do espaço.

Dessa maneira, começou a jornada da pesquisa, com carga horária semanal para ser cumprida no espaço do Arquivo Histórico de Joinville. Ao final de cada semestre, cumpria apresentar um relatório que devia exibir o conteúdo levantado e construído pelo trabalho de pesquisa ali realizado. O mesmo procedimento valia para outros espaços que possuísem acervo e guarda de fontes que encerravam documentação da memória histórica daquele período histórico.

Algumas tantas lacunas para preencher, outras tantas questões para serem respondidas se fazem presentes continuamente no trabalho da pesquisa histórica e na sua escrita. É preciso avaliar o que efetivamente se configura como relevante para ser levado em consideração. Mas antes de tudo, é necessário um olhar sempre atento diante do documento e o que ele esconde, como decifrar as intenções presentes nas narrativas dos grupos que as produziram.

Nesse particular, a questão principal é como abordar essas fontes. Naquele momento, nos idos de 1995 até 1998, o olhar de uma graduanda que ainda desconhece as armadilhas na construção dos discursos na escrita dos documentos constituía-se em desafio.

A avidez por encontrar pistas a partir de uma palavra-senha, bugre, como grafada nos textos em alemão, por exemplo. Ou ainda a mesma palavra, fundamental nos demais documentos apreciados no trabalho de pesquisa – tudo era atraente: a busca de registros de contato e da presença de grupos indígenas no livro de Atas da Câmara Municipal de Maricá, nos jornais escritos em português, nos relatórios dos presidentes da Colônia e da Província.

Porém há muito mais. Outra fonte bibliográfica de grande importância para esse trabalho foi o livro de Carlos Ficker, História de Joinville, disponível no acervo do Arquivo Histórico. Constante nesse acervo, o pesquisador podia contar para o seu trabalho publicações de historiadores e estudiosos a respeito do processo de colonização da Dona Francisca, das levas de imigrantes que chegavam, da vida cotidiana das famílias, sociabilidades, agruras e conquistas. O Boletim produzido pelo Arquivo também constituía uma preciosa fonte, registrando estudos históricos em geral abordando diversas temáticas da sociedade joinvilense em sua trajetória histórica.

Mas voltemos ao nosso palheiro para a procura de nossas agulhas, as famílias dos povos indígenas que se faziam presentes nesses territórios, tornados invisíveis pelos agentes de colonização para as famílias que pensavam em emigrar. Como encontrar suas marcas, seus registros de produção material, enfim algo que se pudesse mostrar para comprovar sua existência através dos contatos.

O primeiro encontro dos povos indígenas no acervo se deu a partir da leitura atenta dos livros de Atas da Câmara Municipal de Joinville. Em meio aos debates inflamados de parlamentares, denúncias eram feitas falando das “andanças dos bugres em áreas da Colônia, atormentando as famílias de colonos”. Essas denúncias se juntavam a outras registradas na Colônia Blumenau contemporaneamente aos episódios da Dona Francisca e no caso da Colônia Blumenau em maior número.

Os parlamentares exigiam que as autoridades locais e provinciais tomassem as devidas providências para coibir a presença indígena. Às vezes chegavam a evocar as autoridades imperiais, já que as locais não davam conta de encaminhar a solução. Estava em curso um projeto de extermínio dos povos indígenas da região, entendendo-se que a estratégia de cooptação não encontrava êxito. Essas narrativas são riquíssimas de discursos da época representando os interesses das camadas dominantes da Dona Francisca, da Província e do Império. Em seu bojo, embalavam o projeto de colonização particular para ocupação das terras e o projeto de branqueamento social em curso no Império brasileiro.

Tratava-se de um importante aprendizado, complexo em demasia para uma graduanda, ainda tentando decodificar essas mensagens de dois mundos desconhecidos – aquele que se apresentava no final do século XX e um mais complexo ainda, com culturas estranhas e tão diversas que expunham bases totalmente conhecidos para a pesquisadora.

Outra experiência inquietante foi a leitura pontual em busca da palavra bugre nos exemplares físicos do jornal Kolonie Zeitung, todo escrito em alemão gótico. Isso, é claro, considerando o absoluto desconhecimento da língua alemã, o que tornava a pesquisa ainda mais complexa. Nessa jornada, o auxílio fundamental da tradutora do AHJLLE, Helena Remina Richlin, possibilitou a transcrição de trechos com narrativas de confrontos na Dona Francisca, como também em outras colônias, caso específico da Colônia Blumenau.

O contato quase cotidiano com a Coleção Carlos Ficker abriu portais que possibilitaram o deslocamento de membros da comunidade teuto-brasileira em diferentes espaços societários da Colônia Dona Francisca, visibilizando documentação de caráter pessoal, comercial e administrativo, por exemplo. Levantavam-se das caixas e dos envelopes: telegramas, cartas, notas fiscais, listas de viajantes, atividades comerciais (exibindo negociações). Parte integrante do acervo permanente do AHJLLE, a coleção Ficker se apresenta como uma das relíquias constantes da composição documental.

A pesquisadora, tentando agarrar com minúcias as fontes que se revelavam, precisa se dividir entre dois espaços fundamentais para sua pesquisa, espaços que acabaram por afetar a perspectiva que o caminho da pesquisa acaba tomando. Diante da avenida Beira-Rio, caminhando por lá rumo ao centro de Joinville, à esquerda se localiza o Arquivo Histórico de Joinville e em frente, do lado direito, tem-se o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

O diálogo entre a pesquisa e as fontes se estabelecia quando se tratava de falar da presença de povos indígenas na colônia e no domínio e na colônia Dona Francisca. A escolha de atravessar o Museu de Sambaqui direcionava a análise para a ocupação histórica dos sambaquis, a presença dos povos indígenas nesse ambiente e seus prováveis encontros com os membros da sociedade de colonizadores. Esse encontro e a disputa por esse espaço pelos grupos étnicos divergentes – populações indígenas e famílias de colonos. Se a direção tomada fosse atravessar o Arquivo Histórico, as possibilidades encaminham a pesquisa para a estruturação da colônia, seus moradores, administradores, a adaptação, a trajetória dessa construção societária, juntamente com as relações obrigatórias no perímetro da colônia e do domínio Dona Francisca com os povos indígenas. Os espaços de pesquisa conversam entre si e dividem as atenções da pesquisadora no seu percurso.

## O retorno à pesquisa, o estudo da tese, os intercâmbios e as negociações entre os povos indígenas e as famílias de colonos: revisitando o Arquivo Histórico em 2022

Essa sempre foi uma questão que se apresentou a mim para analisar no interior do confronto, os intercâmbios, as trocas entre os grupos tribais indígenas e as famílias de colonizadores. A natureza das relações que se estabelecem entre grupos sociais muito diferentes em geral se faz presente nas expressões culturais de confronto. Mas o confronto carrega em si a via da negociação, mesmo em contextos históricos notadamente hostis. A negociação sempre esteve presente, costurando contextos e tecendo as tramas que surgem no jogo da guerra.

Agora esse é o sentido da atual pesquisa, sob outra perspectiva, o tema retoma o debate estabelecido na graduação, focalizando numa outra dimensão a problemática dos povos indígenas no domínio e na colônia Dona Francisca. O novo problema está concebido em como essas comunidades locais originárias estabeleceram no avanço da frente de colonização espaços de existências culturais, construindo e reconstruindo seus territórios e estabelecendo novas fronteiras para conviver com o outro mundo que os atravessava. Havia, portanto interesses divergentes e convergentes entre os povos originários e os povos imigrantes. Todos queriam garantir e manter seu ambiente e sobreviver nele. As famílias indígenas e as famílias dos colonizadores tinham planos particulares a respeito da ocupação do solo, da extração de bens e produção de víveres e de como se relacionar com o meio.

Podemos dizer que o gosto pelo consumo do pinhão, planta nativa regional, foi adquirido culturalmente pelos imigrantes europeus dos povos indígenas. Mas há algo que importa aos grupamentos indígenas, item que para sua produção material e cultural vai provocar uma intervenção valiosa, o contato e conhecimento de artefatos de ferro. Pode-se supor que a busca por esse material teria sido responsável por investidas de grupos indígenas em propriedades das famílias dos colonizadores.

Há ainda outra questão central que inquieta essa abordagem da pesquisa histórica, pesquisa para construir uma tese de doutorado. Quem são essas populações indígenas, no aspecto étnico-cultural? A dimensão dessa ousadia no campo da pesquisa se debruça em estudos de caráter antropológico que pensam a ocupação do território catarinense, com uma presença visível dos povos Xokleng. Com tantas terras para ocupar acabaram esses povos estranhos parando na terra Laklãnõ, tirando do “povo do Sol” a visão que ilumina e fertiliza os corpos, a terra e sua gente. A chegada de mulheres, homens, crianças, velhos, em embarcações altas e malcheirosas, todos de uma cor tão clara, rosada, que eles diziam ser da cor branca. A sua pele, com tanto espanto, temor, surpresa e medo quando nos viram – os Laklãnõ a nós causou estranheza. Aqui sempre foi terra de tantas populações nativas e não apenas dos Laklãnõ. Será que não sabiam da nossa existência? Sempre estivemos por aqui, por ali, por lá e acolá. No tempo farto do pinhão, na caça de animais, pescando tainha quando começa a invernar. Nos manguezais e nos concheiros e casqueiros pescamos moluscos e deixamos suas cascas para secar nesse lugar.

Mas essa hipótese ainda carece de estudos mais fecundos nos campos do conhecimento da Antropologia, da Arqueologia e também da História.

A direção da pesquisa aponta para o retorno às antigas fontes. É necessário revisitar a documentação já vista, de volta à Coleção Ficker, assim como ao arsenal de documentos que abrigam discursos das famílias de colonos, da oficialidade, dos agentes de colonização e dentro desses discursos levantar a fala, a representação, as identidades das comunidades indígenas que viveram, construíram e atravessaram essas terras.

## FONTES DE PESQUISA NO ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

### 1. Manuscritas:

#### 1.1 Arquivo Histórico de Joinville

1.1.2 – Livros de Ata da Câmara Municipal de Joinville.

1.1.3 – Relatório da Colônia Dona Francisca.

1.1.4 – Coleção Carlos Ficker.

1.1.5 – Códice Domínio Dona Francisca.

1.1.6 – Relatório da Companhia Colonizadora Hanseática

1.1.7 – Cartas trocadas entre o diretor da Colônia Dona Francisca e Presidente da Província de Santa Catarina

1.1.7 – Mapas definindo terrenos cultiváveis na Colônia e definindo a dimensão territorial da Colônia.

1.1.8 – Telegramas trocados entre autoridades governamentais.

## 2. Impressas:

### 2.1 – Arquivo Histórico de Joinville

2.1.1 – Jornal Kolonie Zeitung, exemplares 1868 até 1905.

2.1.2 – Jornal A Gazeta de Joinville do ano de 1877.

2.1.3 – Jornal Liberdade (São Bento do Sul), 15/07/1890.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo, Revista **História Hoje**, vol. 1, nº 2, dezembro/2012.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: subsídios para a crônica da colônia Dona Francisca. Joinville: s. ed., 1965.

BARTH, Fredrik. 2000. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 243.

DOLAMITA, Pietra. **O Retorno do Povo do Sol**: a luta pela terra ancestral Xokleng no Rio Grande do Sul. Acessível em: <https://catarinas.info/o-retorno-do-povo-do-sol-a-luta-pela-terra-ancestral-xokleng-no-rio-grande-do-sul/>

ELIAS, Norbet e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERMINO, A. L. **Histórias, conflitos e contatos entre os Laklãnõ/Xokleng e não indígenas**. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, RN, 2013, 16 p. (ms).

HELLER, Fabiane. 2020. A presença indígena em Corupá, Brasil, a partir de memórias dos descendentes de imigrantes germânicos. In: OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de, COSTA; Alan Curcino, Luciana Ferreira da; MAGALHÃES, Fernando (coord.) **Ensaio sobre Memória**, volume 3: p. 192-217.

KOPENAWA, Albert, Bruce, Davi. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami / Davi Kopenawa e Bruce Albert; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

MELATTI, J. C. **População indígena**. Série Antropologia, n. 345, 2004, 39 p.

Brighenti, Clóvis Antônio. 2013. Povos indígenas em Santa Catarina. Florianópolis, SC. Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 200 p.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PEREIRA, Sandra G. Maggesi. 1999. **O confronto entre índios e colonos na Dona Francisca**. Caderno de Iniciação à Pesquisa: História e Geografia. Volume 1: p. 7-21.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia**. São Paulo: Editora Àtica, 1993.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. 1973. Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Eoleme, p. 313.

SILVA, Eduardo e REIS, João José. 1989. **Negociação e conflito**: A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, p. 151.

SEYFERTH, Giralda. 1993. **Identidade étnica, assimilação e cidadania**: a imigração alemã e o Estado brasileiro. In XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, p. 22-25.

TOMMASINO, K. **Os povos indígenas no sul do Brasil e suas relações interétnicas**. Cadernos Ceru, série 2, n. 13, 2002, p. 37-46.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850–1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

# Pesquisadores e o AHJ

## Nos tempos do imperador: como eram definidos os presidentes das câmaras municipais

Patrik Roger Pinheiro [1]

Figura 1 - retrato de Patrik Roger Pinheiro



Fonte: Acervo do Autor.

Os historiadores locais de décadas passadas merecem nossa deferência. Muitos deles pesquisaram sem a ajuda da internet ou sequer de um computador. Alguns deles realizaram pesquisas fantásticas sem a facilidade de ir ao Arquivo Histórico de Joinville, que reúne e nos apresenta farta documentação catalogada e indexada. Entre tantos acertos e esclarecimentos, é natural que algumas informações de livros e artigos do passado precisem de revisão, em nome da verdade histórica. O procedimento adotado para a escolha do presidente da Câmara de Vereadores no período monárquico é uma delas.

O autor Carlos Ficker (1965, p. 262), na obra História de Joinville - Crônicas da Colônia Dona Francisca, declarou:

---

[1] Historiador, servidor público da Câmara de Vereadores de Joinville, mantenedor do Projeto Memória CVJ.

(...) empossada em sessão extraordinária, aos 13 de janeiro de 1869, constituiu-se a primeira Câmara Municipal de Joinville, sendo eleito Presidente o Sr. Adolph Haltenhoff; secretário, o Sr. Ulrich Ulrichsen; e substituto, o Sr. Friedrich Lange.

O texto dá a entender que na sua sessão inaugural, a câmara votou seu presidente. Elly Herkenhoff (1984, p. 12), em seu livro *Nossos Prefeitos - 1869-1903*, afirmou que “Empossada a primeira Câmara Municipal, em sessão solene a 13 de janeiro de 1869, foi eleito Presidente pelos Vereadores reunidos, o cidadão João Adolfo Haltenhoff e Vice-Presidente o cidadão Frederico Lange (...)”.

Figura 1 Victorino de Souza Bacellar, último presidente sem necessidade de eleição interna.



Fonte: Memória CVJ.

Escrevendo sobre o legislativo municipal, os autores Apolinário Ternes e Herculano Vicenzi (2006, p. 54) sustentaram que “Conforme a organização judiciária e administrativa, os eleitos deveriam eleger o presidente da Câmara (...)”.

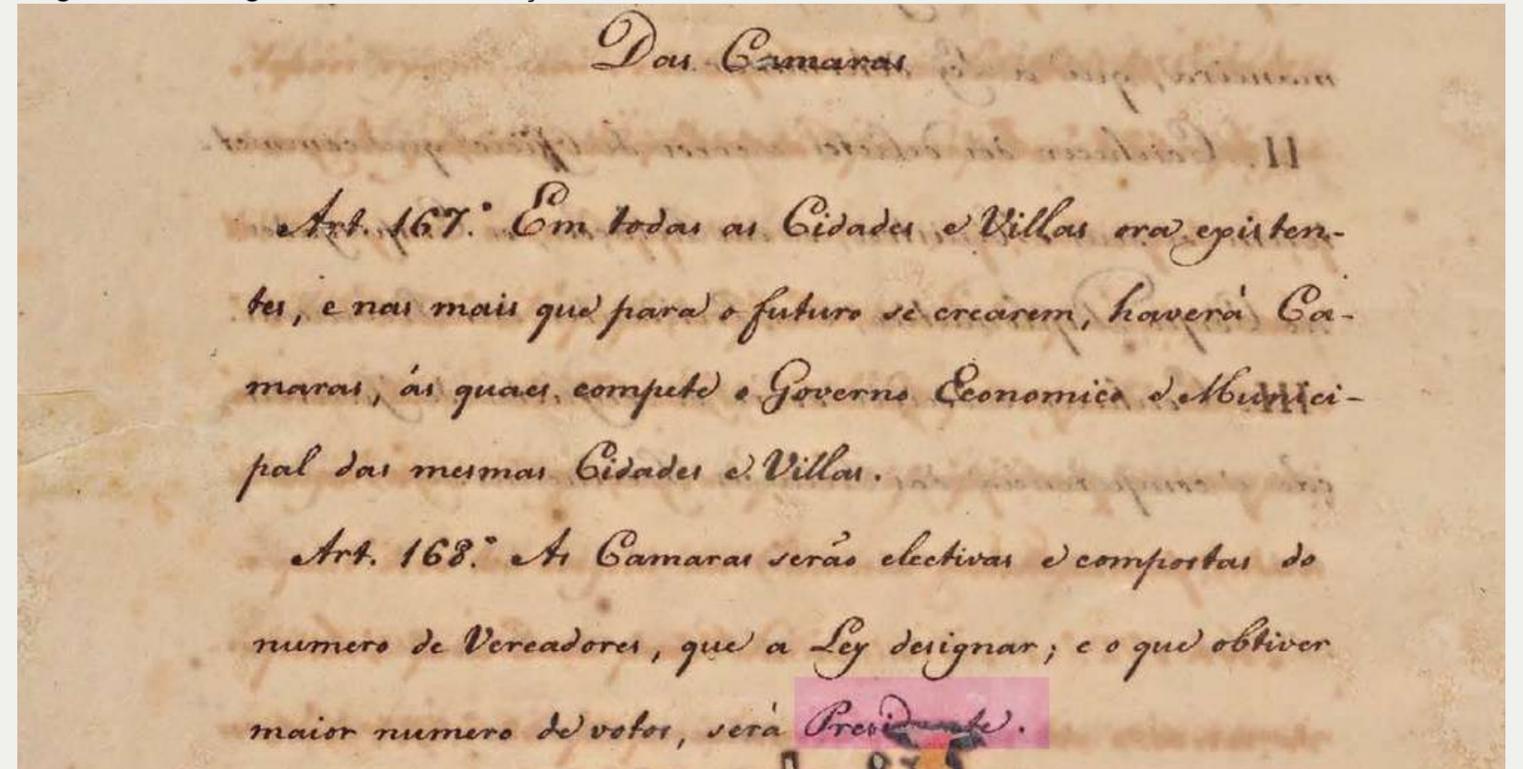
Por fim, a obra *Da Comuna aos Tempos Atuais: A História do Legislativo de Joinville*, coordenada por Régis Bittencourt (2006, p.32), declara que “O Conselho votava entre si para a eleição do seu presidente que era automaticamente instituído como Superintendente Municipal, ou seja, acumulava a função de chefe do poder executivo”.

A lista de obras que mencionam que o presidente da câmara era eleito pelos pares não precisa ser exaustiva, mas mostra que esse engano foi repetido tantas vezes pela historiografia local que praticamente se revestiu de “verdade histórica”, sendo reproduzido quase tantas vezes quantas se fale dos primeiros presidentes dessa instituição.

Mas, se não era assim, como era então? Como se definia o presidente da Câmara, se não era por escrutínio realizado entre os próprios edis? Até as novidades trazidas pela lei Saraiva, em 1881, os presidentes eram automaticamente os vereadores com melhor votação nas eleições. Pinheiro (2023) esclarece que:

O que se depreende da leitura do artigo 168 da Constituição Federal então vigente (de 1824), (...) é que o vereador com mais votos automaticamente assumia a presidência, sem necessidade de eleição interna para isso. De fato, a Ata da primeira Sessão Ordinária da Primeira Legislatura, até hoje em guarda do Arquivo Histórico de Joinville, silencia sobre qualquer escolha de seu presidente, e Haltenhoff já inicia a primeira sessão na condição de presidente da Câmara.

Figura 2 O artigo 167 da Constituição de 1824



Fonte: Memória CVJ.

Figura 2 - João Paulo Schmalz



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Não foi por acaso que nas primeiras quatro legislaturas o presidente era justamente o vereador mais votado entre os presentes às sessões. Está bem estabelecido, tanto pela legislação vigente quanto pela ausência de votações nas atas da Câmara de Joinville, que não havia escrutínio para tal escolha. Mas isso mudaria a partir de 1881 com a aprovação do Decreto nº 3 029, de 9 de janeiro de 1881, conhecido como Lei Saraiva. Por isso, a ata da Sessão de 7 de janeiro de 1883, em guarda do Arquivo Histórico de Joinville, descreve a primeira eleição para presidente da Câmara da história de Joinville: João Paulo Schmalz era escolhido pelos pares para liderar a casa, sendo Antonio Sinke seu vice. Tal retificação histórica é fruto das pesquisas realizadas para o projeto Memória CVJ, sempre com o apoio valioso do Arquivo Histórico de Joinville. Em estilo wiki, o Memória CVJ que pode acessado num banner no rodapé do site da Câmara de Joinville ou pelo link [memoria.camara.joinville.br](http://memoria.camara.joinville.br).

## Referências

BITENCOURT, Régis. **Da Comuna aos Tempos Atuais: A História do Legislativo de Joinville**. 2 Ed. Joinville: Fábrica de Comunicação, 2006.

FICKER, Carlos. **História de Joinville** - Subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

HERKENHOFF, Elly. **Joinville - Nossos Prefeitos: 1869-1903**. Joinville: Prefeitura de Joinville, 1984.

PINHEIRO, Patrik Roger. **Presidente da Câmara no Período Monárquico**. Memória CVJ. Disponível em: <[https://memoria.camara.joinville.br/index.php?title=Presidente\\_da\\_C%C3%A2mara\\_no\\_Per%C3%ADodo\\_Mon%C3%A1rquico](https://memoria.camara.joinville.br/index.php?title=Presidente_da_C%C3%A2mara_no_Per%C3%ADodo_Mon%C3%A1rquico)>. Acesso em: 03 jul. 2023.

TERNES, Apolinário. e VICENZI, Herculano. **Legislativo de Joinville** - Subsídios para sua história. 2ª ed. Joinville: Editora Letra D'Água, 2006.

Os documentos históricos  
de hoje foram os  
administrativos de ontem  
e os documentos  
administrativos de hoje  
serão os documentos  
históricos de amanhã.

Marilena Leite Paes

# O AHJ e a Cidade



# O AHJ e a Cidade

## Os estudantes e a história de Joinville

Giane Maria de Souza [1]

O Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) no dia 20 de março de 2023 completou 51 anos. O AHJ é uma instituição pública responsável pela custódia da documentação considerada histórica no município de Joinville que remonta a história da cidade de Joinville desde o século XIX. Neste ano, tivemos muitos atendimentos educativos. O projeto de educação patrimonial desenvolvido no AHJ para crianças e jovens aproxima a instituição arquivística dos professores, estudantes e seus familiares.

As crianças e os jovens quando visitam o AHJ ficam entusiasmados com as fontes históricas descobertas. O setor educativo disponibiliza acervos duplicados em múltiplos suportes aos estudantes do ensino fundamental e médio, das escolas públicas e privadas. Os estudantes ficam maravilhados com as fontes históricas de distintas temporalidades, entre elas, destacamos os jornais, fotografias, revistas, cartões postais, obras bibliográficas, cartazes, rótulos, calendários, entre outros. O trabalho de pesquisa oferece numerosas possibilidades de interpretação sobre as histórias da cidade de Joinville. Desse modo, compreendemos que a história é sempre construída a partir de um ponto de vista.

A cidade possui múltiplas histórias, patrimônios e memórias que devem ser conjugadas no plural. A partir da experiência com o acervo do AHJ, os alunos compreendem que os processos históricos são construídos historicamente e socialmente por todos os grupos sociais. Todas as narrativas sobre a história, portanto, demarcam olhares e perspectivas sobre o tempo e o espaço, sobretudo de onde e como escrevemos e o porquê registramos determinados acontecimentos demonstra como observamos e vivemos as histórias da cidade.

Desse modo, a história que se quer contar incide sobre as memórias que são ativadas, sejam para as lembranças ou para os esquecimentos. O registro da história é sempre um ponto de vista, todos os acontecimentos sociais são compostos por múltiplas versões. A escrita da história traz em si, inclusões e exclusões de determinados personagens e fatos históricos.

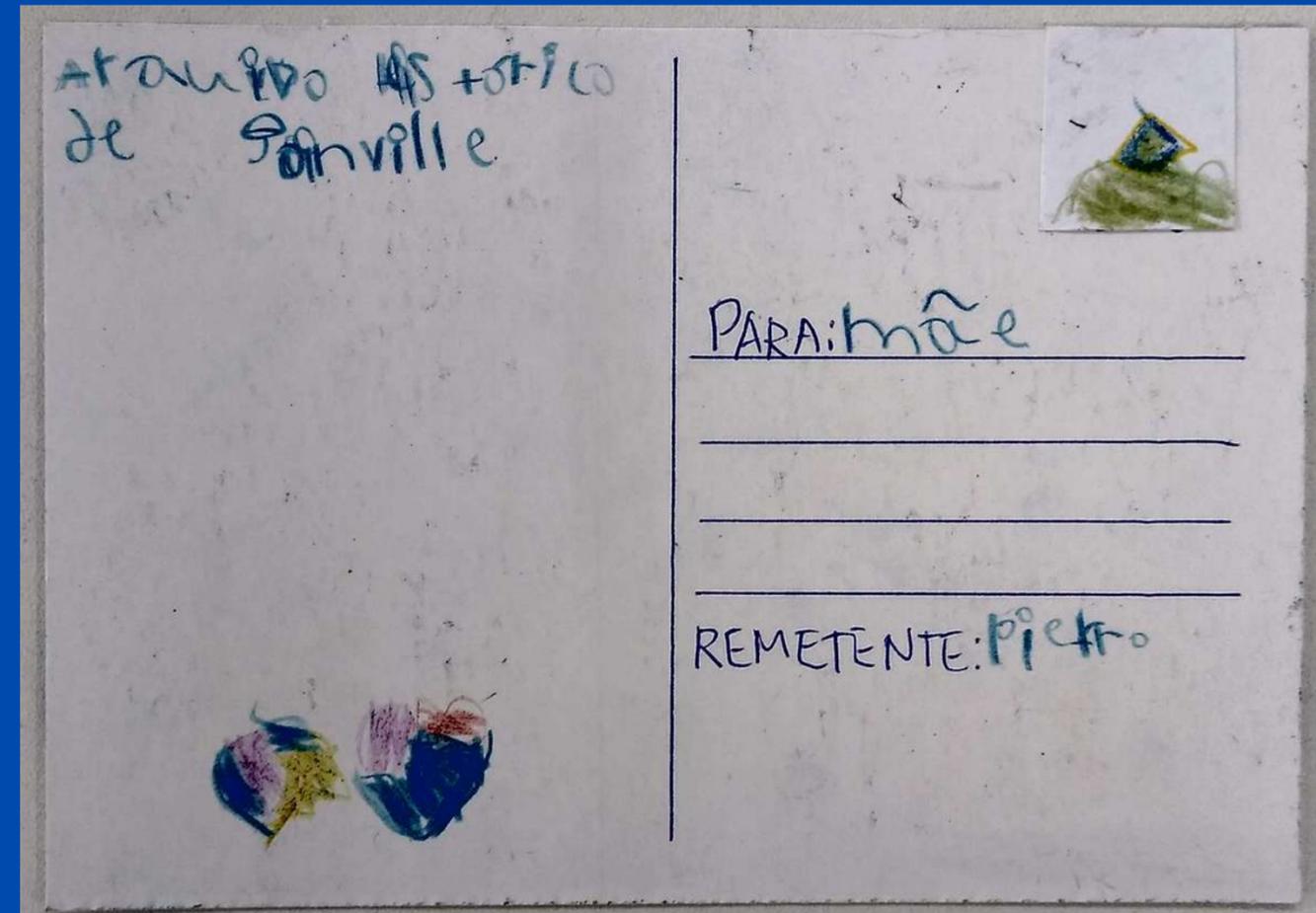
---

[1] doutora em História pela UFSC, Especialista Cultural - museus.

# Educação patrimonial



# Educação patrimonial



# Educação patrimonial

Data: 23/08/2023

Período: matutino 9h às 10h

Escola: Sesi -Senac - 34 alunos

Professoras: Karen Rupp e Francine Cristina Martins

Atendimento: Giane Maria de Souza



Fonte: Giane Maria de Souza

# Educação patrimonial

Data: 23/08/2023

Escola: E. E. Presidente Médice - 14 alunos

Período: vespertino - 14h às 16h30

Professor: Wagner Cavalheiro

Atendimento: Leandro Brier Correia



Fonte: Wagner Cavalheiro

# Educação patrimonial

Data: 13/09/2023

Período: matutino 9h30 às 11h

Escola: Senac - 14 alunos

Professor: Sandro Daumiro da Silva

Atendimento: Giane Maria de Souza



Fonte: Giane Maria de Souza

# Educação patrimonial

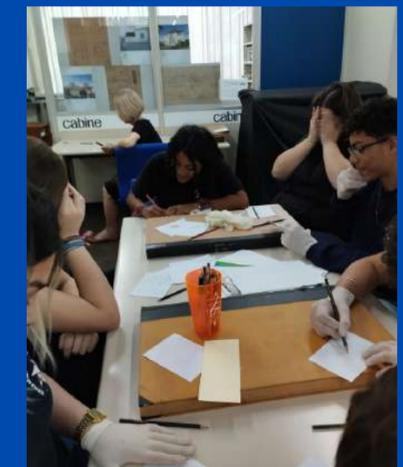
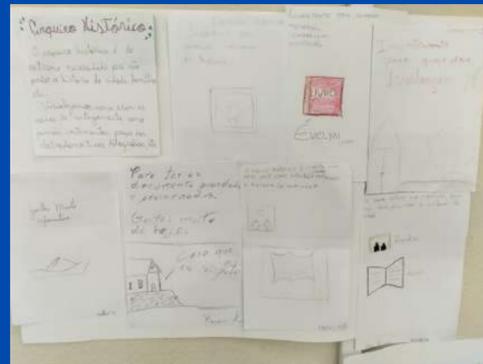
Data: 19/09/2023

Período: 9h às 10h - matutino

Escola: Miguel Couto - 24 alunos

Professor: Vanucce Bernard Deuscher

Atendimento: Giane Maria de Souza



Fonte: Giane Maria de Souza

# Educação patrimonial

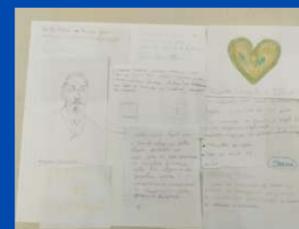
Data: 19/09/2023

Período: 10h às 11h - matutino

Escola: Miguel Couto - 22 alunos

Professoras: Maitê Zanella Largura e Janaína Firmo

Atendimento: Giane Maria de Souza



Fonte: Giane Maria de Souza

# Educação patrimonial



Data: 19/09/2023  
Período: 14h às 16h - vespertino  
Escola: Católica Machado de Assis  
Ensino Médio 25 alunos  
Professora: Cibeles Piva  
Atendimento: Giane Maria de Souza



Fonte: Giane Maria de Souza

# Educação patrimonial



Data: 26/09/2023

Período: 9h às 11h - matutino

Escola: E. B. Miguel Couto

Ensino Médio 39 alunos

Professora: Maitê Zanella

Atendimento: Dilney Cunha

# Difusão Cultural

**Dia 30 de agosto de 2023**

**Ocorreu** a atividade de formação com os professores de História da Rede Municipal de Ensino, parceria entre o Arquivo Histórico de Joinville e a Secretaria de Educação. Em julho e agosto foram elencados vários temas do currículo escolar e selecionados documentos do nosso acervo, que mostram a repercussão dos fatos, dos acontecimentos nacionais e internacionais em nossa cidade. Essa documentação está servindo de base para produção de materiais didáticos, que por sua vez serão utilizados em sala de aula. É a História sendo ensinada a partir da realidade, da perspectiva local, e baseada em pesquisas.



# Difusão Cultural

## Imagens

da atividade de formação com os professores de História da Rede Municipal de Ensino, parceria entre o Arquivo Histórico de Joinville e a Secretaria de Educação.

Dia 30 de agosto de 2023



# Teses e dissertações de pesquisadores do AHJ

## A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO, INSTÂNCIAS, MECANISMOS E AGENTES CULTURAIS EM JOINVILLE, SC (1951-1984)

Bruno da Silva [1]

### Resumo

A presente dissertação aborda a conformação da área cultural em Joinville, entre 1951 e 1984, problematizando a construção do campo do patrimônio cultural por meio da análise das políticas de preservação, da criação de órgãos e instâncias, da instituição de mecanismos de proteção e, especialmente, das ações voltadas ao patrimônio edificado - observadas naquele período - no âmbito da administração municipal. Ao passo que órgãos e instituições foram sendo criadas pelo poder público municipal, identificamos os interesses e valores postos em jogo, destacando as disputas que envolveram o patrimônio, bem como as ressonâncias destes embates sobre os bens culturais. No primeiro capítulo analisamos, de 1951 a 1982: a atuação de agentes locais na implantação e conservação de bens criados/tombados pela esfera federal; a conformação de uma área de Cultura na administração municipal, através da criação de órgãos, instituições, instâncias, mecanismos e políticas culturais, especialmente às voltados à preservação do patrimônio cultural; e a realizações de ações municipais voltadas à valorização e preservação da arquitetura enxaimel. No capítulo dois percebemos: as tensões, conflitos e relações de colaboração que permearam o debate público e as ações voltadas à preservação do patrimônio construído, em especial o edificado. Para compreender as complexas relações que envolvem o patrimônio cultural mobilizamos o conceito de campo e ritos de instituição de Pierre Bourdieu, de processos de patrimonialização de Xerardo Pereiro, de documento/monumento de Michel Foucault e Le Goff, de fontes orais de Danièle Voldman, entre outros. Este trabalho se insere na perspectiva da História do tempo presente por problematizar processos contemporâneos referentes às relações entre memória, história e patrimônio.

**Palavras-chave:** história do tempo presente, patrimônio cultural, política cultural, Joinville, Santa Catarina.

**Disponível em:** [https://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/2229/dissertacao\\_bruno\\_da\\_silva\\_\\_\\_completa.pdf](https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2229/dissertacao_bruno_da_silva___completa.pdf)

---

[1] Mestre em História pela Udesc, professor da rede municipal de ensino

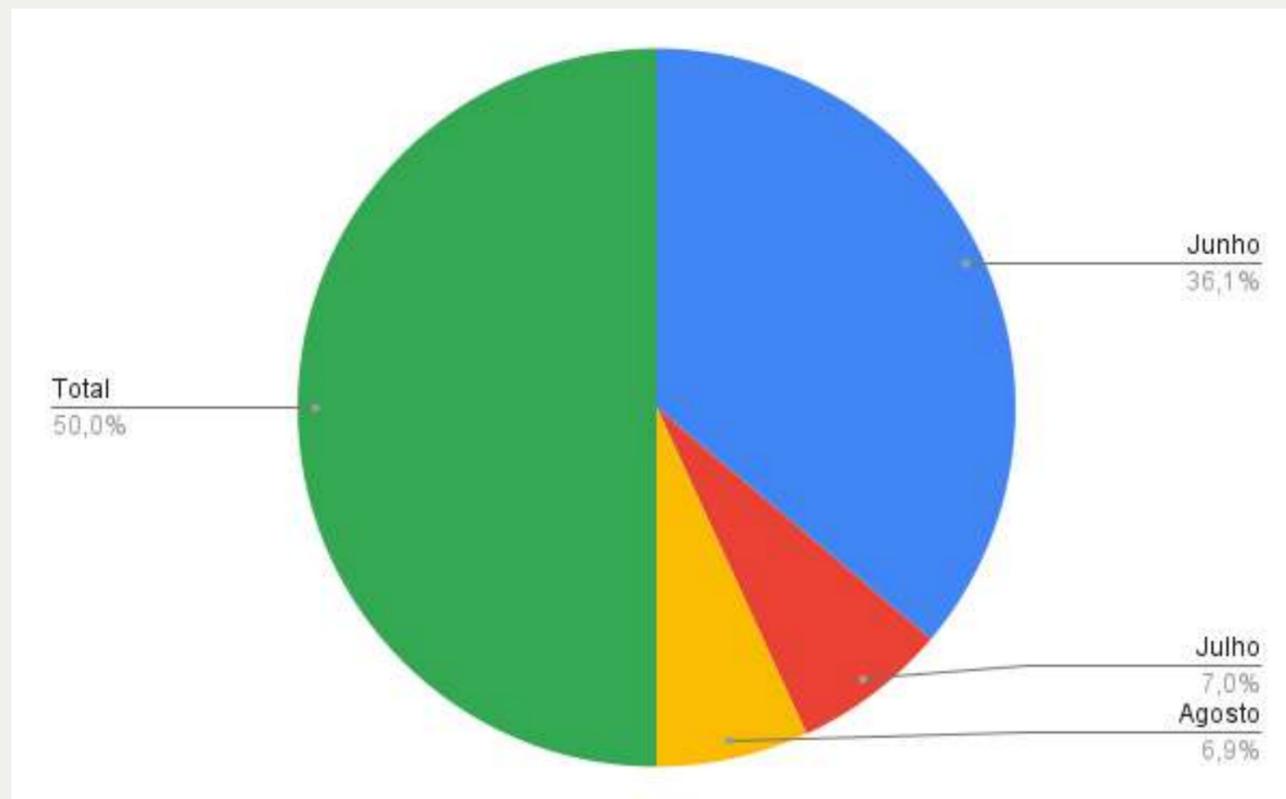
# Atendimentos no AHJ



Fonte: Juliana George Bender

# Visitas à exposição, escolares e guiadas

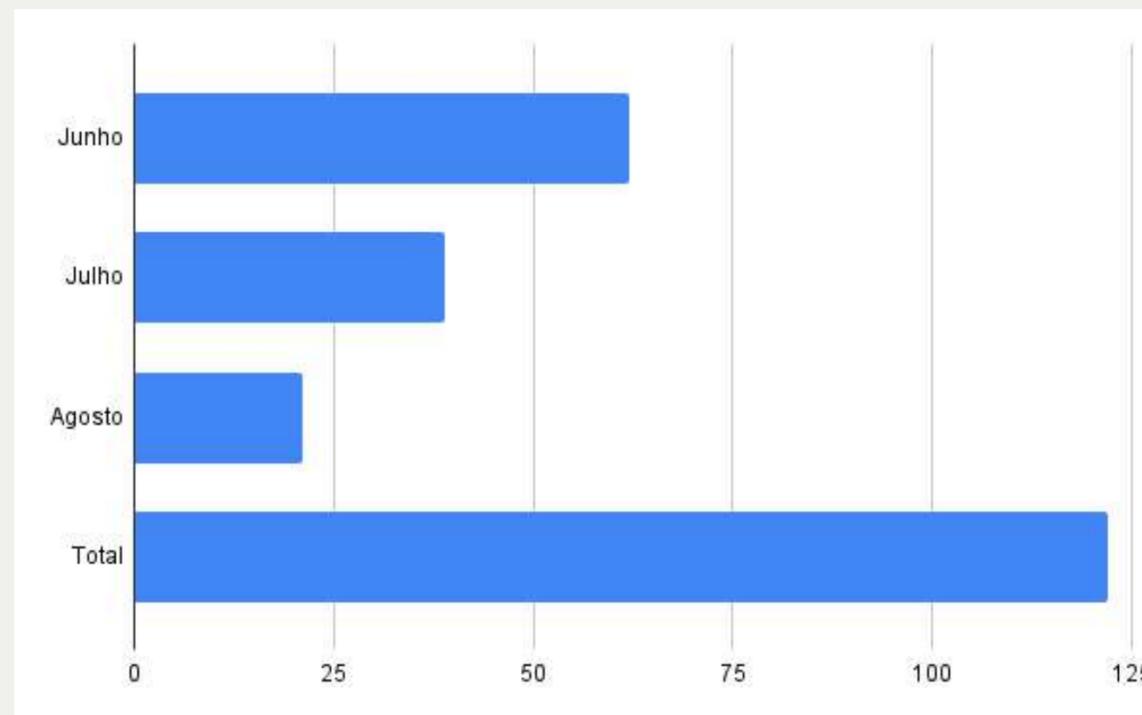
## Atendimento educativo



Junho 253  
Julho 49  
Agosto 48  
Total 350

Fonte: Livro de assinaturas do educativo

## Visitas à exposição temporária



Junho 62  
Julho 29  
Agosto 31  
Total 122

Fonte: Livro de assinaturas da exposição

## Visitas guiadas

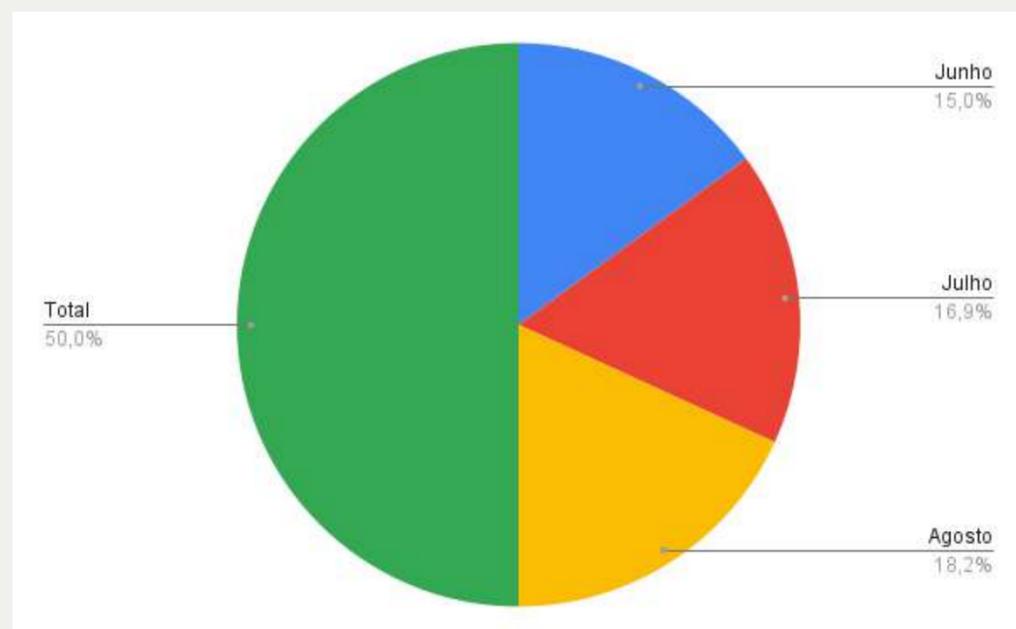


Agosto 31  
Total 31  
Fonte: Livro de assinaturas  
visitas guiadas

Fonte: Giane Maria de Souza

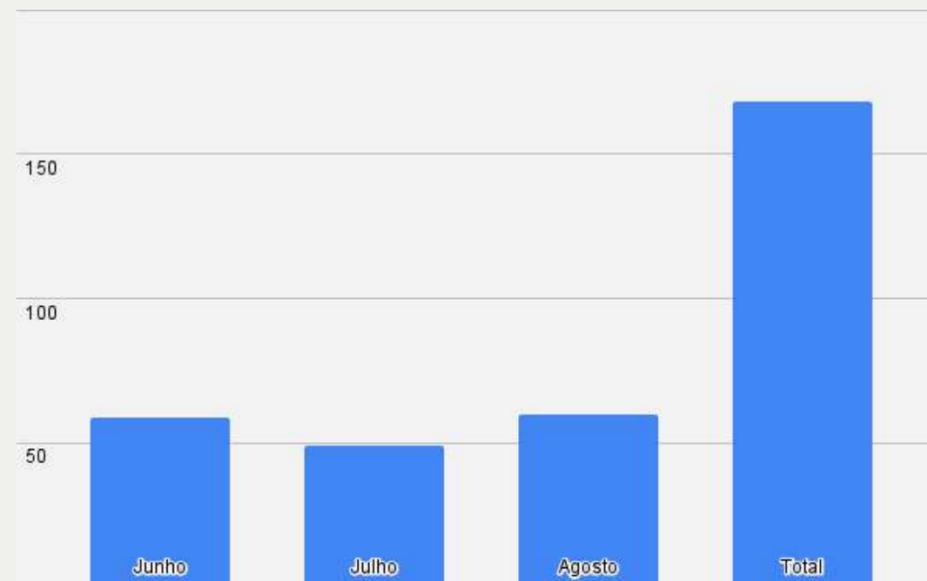
# Atendimentos aos pesquisadores no AHJ

## Atendimento presencial



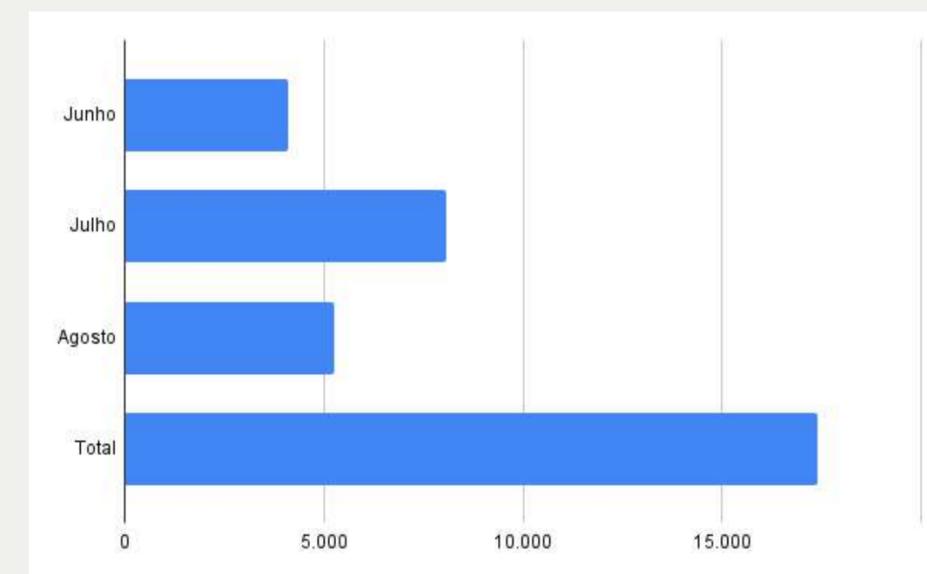
Junho 47  
Julho 53  
Agosto 57  
Total 157  
Fonte: Livro de assinaturas do atendimento

## Atendimento via e-mail



Junho 59  
Julho 49  
Agosto 60  
Total 168  
Fonte: E-mails respondidos

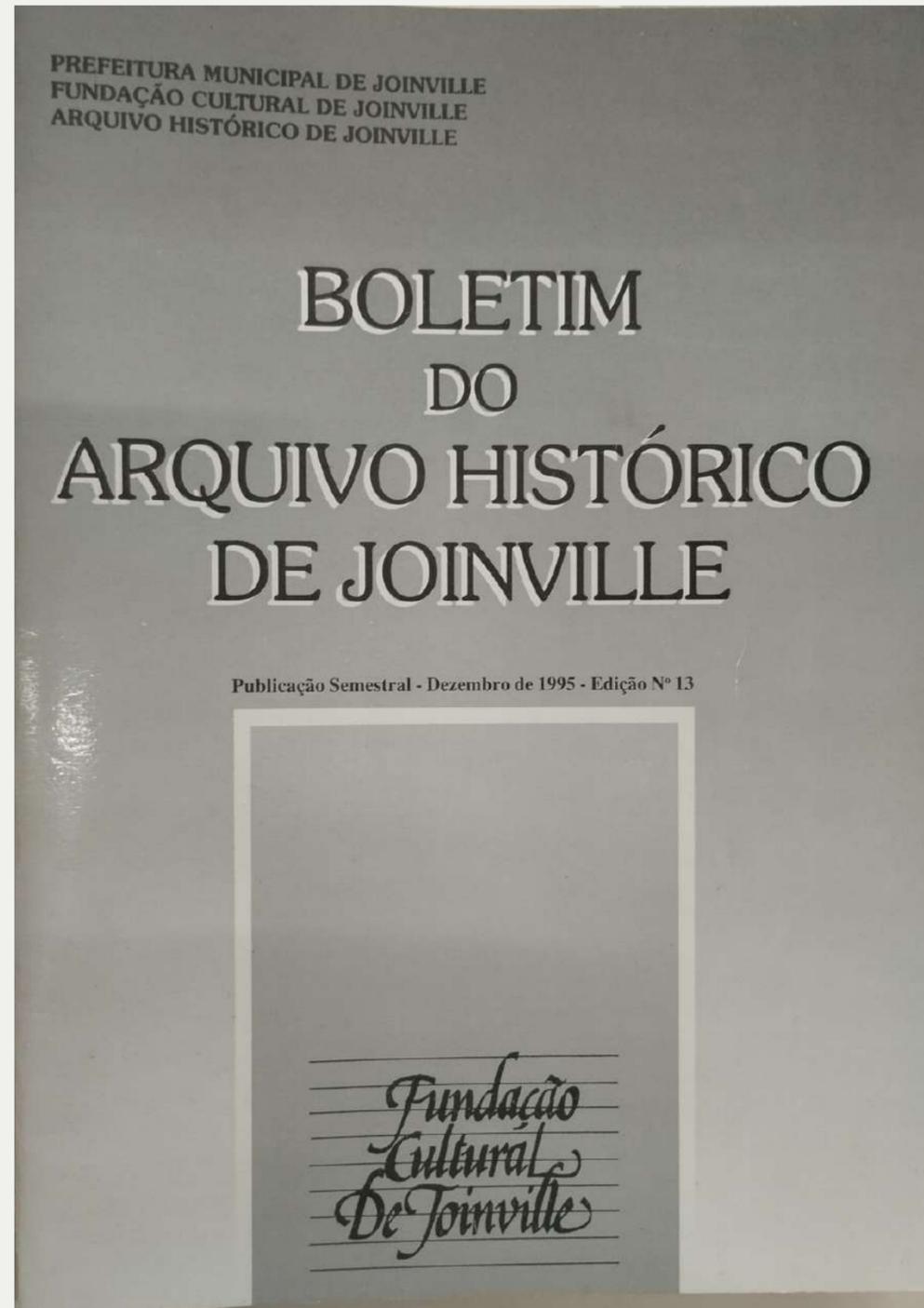
## Documentos acessados



Junho 4.095  
Julho 8.057  
Agosto 5.264  
Total 17.416  
Fonte: Ficha de registro do acesso aos documentos

Fonte: Giane Maria de Souza

# Memória do Boletim



### AHJ RECEBE ESTUDANTES DE JOINVILLE E REGIÃO

Vários estudantes de 1º e 2º graus e universitários estiveram em visita ao AHJ, no segundo semestre. As visitas tiveram como principais objetivos permitir aos estudantes um contato direto com os vários gêneros documentais existentes, bem como discutir possíveis caminhos de utilização do acervo arquivístico da cidade.

<u>Instituições</u>	<u>Visitantes</u>
- Escola Munic. Profª Zulma do Rosário Miranda	33 alunos
- Colégio Joinville	33 alunos
- Colégio Nova Era	97 alunos
- SESI (Serviço Social da Indústria)	30 professores
- Colégio Bom Jesus	149 alunos
- Esc. Munic. de Ens. Fundamental Antônio E. Ayroso (Jaraguá do Sul)	99 alunos
- Escola Adventista	14 alunos
- Escola Munic. de Ensino Fundamental Helmuth G. Duwe	42 alunos
- Colégio Nova Era (Pré e Jardim)	36 alunos
- Colégio Nova Era (1º grau)	252 alunos
- Colégio de Aplicação (UNIVILLE)	39 alunos
- UNIVILLE/Curso de 3ª Idade	10 alunos
- UNIVILLE/Curso de Química Industrial	30 alunos
- UNIVILLE/Curso de História	17 alunos
- UNIVILLE/Pós-Graduação de História e Historiografia do Brasil República	40 alunos
- UNIVILLE/Curso de Geografia	
- UNIVILLE/Curso de Economia	

INFORMATIVO

51

Observe as escolas e universidades que visitaram o AHJ no segundo semestre de 1995.

# Por dentro do Acervo



Vampiro Futebol Clube. Joinville (SC).  
1917. 1 pb., 49,5 cm x 59,5 cm.  
Fotografia colada sobre eucatex.  
Inventário: 6606.

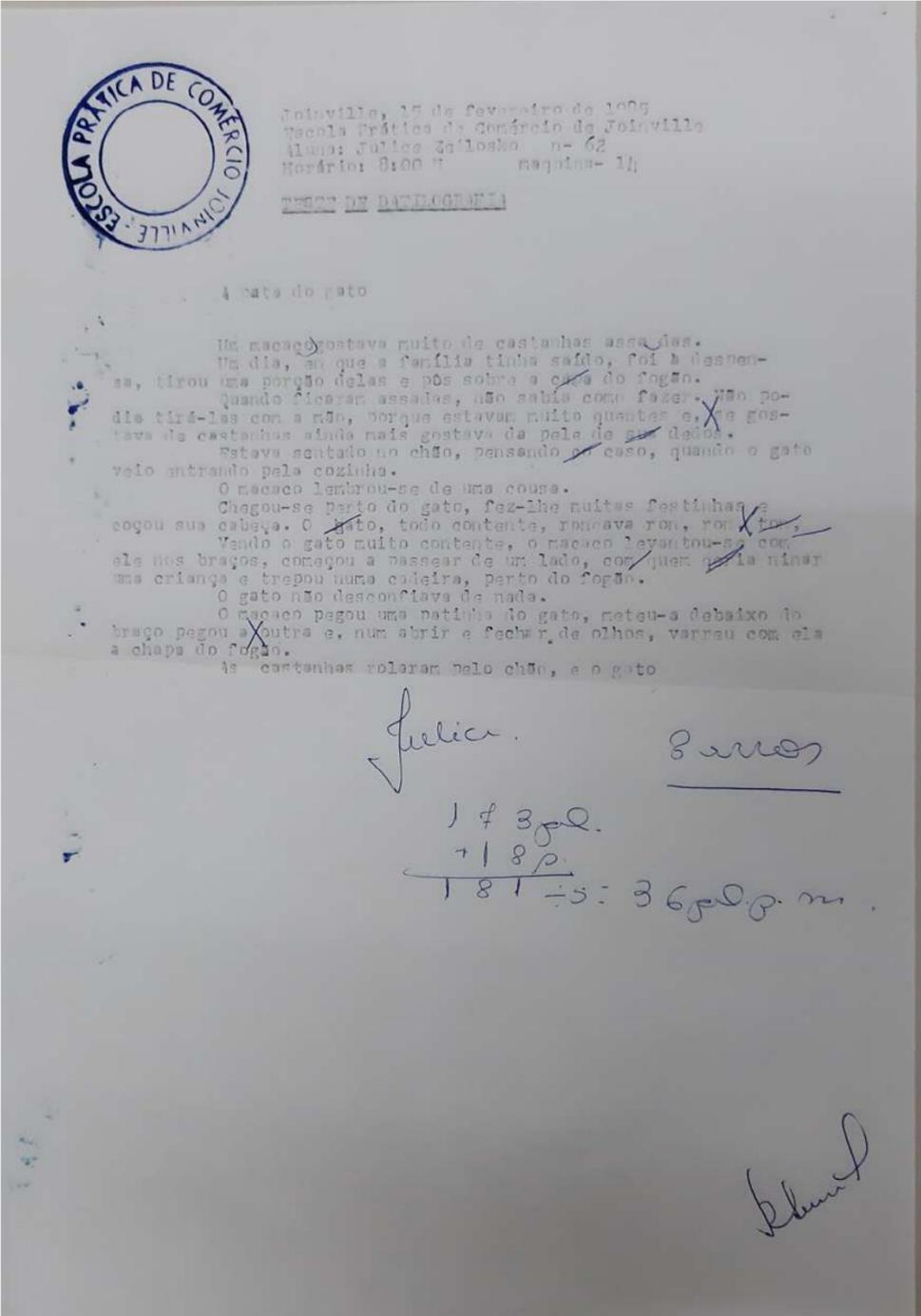
Segundo descrição atrás do documento,  
as pessoas da fotografia são (da  
esquerda para a direita):

Sentados: Tetéio, Leôncio Vieira, Bróia,  
João Rodrigues, Teodoro (Tetsi)  
Reimer;

Ajoelhados: Alvino Schroeder, João  
Ramos;

Em pé: Braulio Salves (Técnico), João  
Fernandes de Braga, Benedito Cardoso,  
Angelo Salves.

# Aconteceu na cidade



Teste de Datilografia da Escola Prática de Comércio de Joinville.  
Fundo Escola Prática de Comércio de Joinville. Série Educação. Subsérie Avaliações e Exercícios.

Para refletir!

Você conhece alguém que estudou datilografia?

Como funcionavam as provas de datilografia?

O que se pode perceber no documento ao lado?

O que era observado na prova?

Quais erros foram sinalizados pelo professor(a)?

Pesquise se no seu bairro existiam escolas de datilografia e se na sua família, alguém estudou em uma escola de datilografia.

# Expediente

**Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**  
**Vol. XVII, n. 24, abr., maio., jun., 2022**  
ISSN 14133434

**Prefeitura Municipal de Joinville**  
Adriano Bornschein Silva  
**Prefeito**

Rejane Gambin  
**Vice-Prefeita**

**Secretaria de Cultura e Turismo**  
Guilherme Augusto Gassenferth  
Secretário de Cultura e Turismo

Francine Olsen  
**Diretora Executiva**

Roberta Meyer Miranda da Veiga  
**Gerente de Patrimônio e Museus**

**Arquivo Histórico de Joinville**  
Dilney Fermino Cunha  
Coordenador

## Corpo Funcional

Alessandro Moreira  
Amauri de Oliveira Prado  
Ana Rita Uliano da Silva  
Arselle de Andrade da Fontoura  
Cátia Regina Hodecker  
Dinorah Luisa de Melo Rocha Brüske  
Ednilson Nilton Cestrem  
Elisangela da Silva  
Fernanda Pirog Oçoski  
Francisco Severino dos Santos  
Gerson Luiz Santana  
Giane Maria de Souza  
Janice Garcia  
Leandro Brier Correia  
Nelson Berndt  
Marinês Balin  
Nívea Giovanella Reinert  
Rodrigo Boçoen

**Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**  
**Organização, coordenação, editoração e**  
**diagramação do Boletim**

Giane Maria de Souza

## Revisão do Boletim

Alessandro Moreira  
Giane Maria de Souza  
Nelson Berndt

Endereço do AHJ

Av. Hermann A. Lepper, 650, Saguaiçu  
CEP: 89221-005

Telefones: (47) 3422-2154 ou (47) 3422-2329  
E-mail: [arquivohistorico@joinville.sc.gov.br](mailto:arquivohistorico@joinville.sc.gov.br)

Aceitamos críticas, sugestões e envio de propostas,  
matérias e artigos.  
Participe!



**Prefeitura de**  
**Joinville**

**CULTURA E**  
**TURISMO**